

VI PLENAFUP – PLENÁRIA NACIONAL DA FUP

Encontro será de 6 a 10 de julho e terá como principal tema a resistência ao desmonte da Petrobrás, do Pré-Sal e do País

O SINDIPETRO-RS participa nos próximos dias 6 a 10 de julho, em Campos, Norte Fluminense (RJ), com oito delegados definidos no Congresso Estadual, da VI Plenária Nacional da FUP (VI PlenaFUP), que este ano terá como tema "Manter acesa a chama da resistência". Durante o encontro, que terá quatro painéis de debates com a participação de lideranças das Frentes



Brasil Popular e Povo Sem Medo, parlamentares, movimentos sociais e jornalistas independentes, os petroleiros irão

estabelecer a pauta de reivindicações, estratégias e calendários de luta. **LEIA MAIS NA PÁGINA 2.**

REUNIÃO COM A COMISSÃO DE CERTIFICAÇÕES DE SPIE (COMCER)

No dia 20, representantes da FUP participaram de reunião da Comissão de Certificações do SPIE (ComCer), em Brasília, cobrando um posicionamento em relação ao cancelamento da cautelar do SPIE da REDUC. Os dirigentes sindicais relataram aos auditores fiscais e demais membros da comissão, todas as práticas dos gerentes da REDUC, que levam a considerar como fraudes no Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos (SPIE).

A Comcer é uma comissão tripartite que fiscaliza a aplicação da norma de segurança, Norma Regulamentadora número 13, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que, por exemplo, estabelece prazos máximos para inspeção em vasos de pressão e caldeiras. No entanto, ela possibilita a extensão desses prazos se o

estabelecimento possuir um Serviço Próprio de Inspeção (SPIE) certificado pelo Inmetro.

A dilatação desses prazos resulta em redução de custos, principalmente, em serviço de parada de unidades de produção, por isso, tem sido o principal motivo para a obtenção de certificação do Serviço Próprio de Inspeção, para as empresas.

IMPORTANTE FERRAMENTA DE SEGURANÇA

Para os trabalhadores o SPIE é considerado como uma ferramenta importante para aumentar a segurança nas áreas operacionais e, por conta disso, tem que ser acompanhado de perto para se evitar desvios. Mas, para atender aos interesses das empresas, muitas vezes o

utilizam de forma inadequada, para redução de custos e, através de fraudes nos relatórios, terceirização irregular e irresponsabilidade de gestores, acaba por não se tornar efetivo.

No caso da REDUC, as denúncias são exatamente essas, a irresponsabilidade de gestores que praticaram terceirização irregular e fraudes em relatórios de inspeção. A negligência gerencial ocorreu devido a não interdição do TQ-7510, mesmo os gerentes sabendo das falhas estruturais no teto do tanque. Fora que, a REDUC teve "auditoria" do IBP em dezembro e o Sindipetro Caxias informou que não participaria, pois estava vendo ali, um jogo de cartas marcadas. O IBP manteve a certificação da REDUC e em janeiro ocorreu o acidente com o Companheiro Cabral, que veio a óbito.



A plenária deste ano acontece num momento importante, com o país refém de um governo golpista e entreguista. Um momento que exige unidade para construção de uma grande frente de resistência à avalanche de ataques que ameaça os direitos da classe trabalhadora, a democracia, as políticas públicas e sociais e a soberania nacional.

Não podemos esquecer que a Petrobrás e o Pré-Sal estão no centro desse desmonte e por isso os petroleiros precisam rearticular a luta nacional da categoria em defesa da estatal e do petróleo brasileiro.

O cenário de hoje repete o de 1995, quando a FUP realizou o seu primeiro Congresso Nacional, em meio a demissões, punições, intervenções nos sindicatos e tantos outros ataques do governo Fernando Henrique Cardoso. Ano em que foi realizada a maior greve da história, da categoria, contra o projeto neoliberal de privatizações e ameaças aos direitos e conquistas, bem como da entrega da riqueza dos brasileiros a grupos econômicos estrangeiros.

ATENDIMENTOS JURÍDICOS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JURÍDICO

Trabalhista e Previdenciário – Escritório Direito Social – às quintas-feiras, das 15h30 às 18 horas.
Plantões em junho: Dia 29 em Osório.

Cível e Tributária – Escritório Costa e Advogados Associados – às sextas-feiras, das 14h às 16h. Plantões em junho: dia 30, às 10 horas, em Canoas.

SERVIÇO SOCIAL

Assistente Marilene da Silva João – todas as segundas-feiras das 14h às 17h30 e quintas-feiras, das 8h30 às 12h.

CARTA AOS PETROLEIROS: CATEGORIA RESPONDE A PEDRO PARENTE

Na semana passada, a FUP publicou um documento intitulado **“Carta aos Petroleiros”**. No documento, a categoria responde ao atual presidente Pedro Parente, que em mensagem enviada aos trabalhadores no dia 13 de junho, tentou se explicar sobre as ações a que responde na Justiça. Disse que o fazia “em respeito” aos trabalhadores que merecem a sua “total consideração”.

Os petroleiros questionam, por exemplo, que consideração é essa, já que assume a empresa pelas mãos de um governo golpista. Que já chegou avisando que não interessa à empresa ser operadora do pré-sal e que intensificará a venda de ativos, todas medidas que os trabalhadores são ostensivamente contrários. Disse que não admitirá intervenção política na empresa, mas ele próprio é uma indicação do PSDB! Tem tratado a crise da Petrobrás como se fosse algo isolado do que ocorre com outras petrolíferas no mundo e o legado de conquistas como “administração desastrosa”.

RESPEITO AOS TRABALHADORES

O trabalhadores se perguntam no documento: “Que respeito e consideração ele tem por nós se já avisou que irá abrir mão do Pré-Sal, beneficiando as multinacionais, que são concorrentes da Petrobrás? Respeitar a categoria é despejar ativos no mercado com os preços do petróleo em baixa? Que consideração tem pelos trabalhadores descartando qualquer tipo de intervenção financeira por parte do acionista majoritário? Sem novas reservas do Pré-Sal, sem ativos e sem recursos do Estado, qual será o futuro da Petrobrás e dos seus trabalhadores, a quem Pedro Parente diz ter tanto respeito e consideração?”.

Lembramos que, apesar de se fazer de vítima e acusar os sindicatos de ataques pessoais, os processos que correm contra ele na Justiça não foram “inventados” pela FUP, são resultado das ações e posicionamentos tomados no passado e alguns movidos pelo Ministério Público.

VENDA DA REFAP

Também não foram os trabalhadores que inventaram a participação de Pedro Parente na venda de 30% da REFAP, em 2000, que causou prejuízos de US\$ 2,3 bilhões, em função da troca de ativos realizada com a Repsol/YPF. Por isso responde à Ação Civil Pública no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (do RS), que aguarda a perícia dos valores negociados e suas implicações. Uma situação que os petroleiros gaúchos sentiram na pele.

A íntegra da Carta aos Petroleiros pode ser acessada no site do Sindicato.

PRÉ-SAL E DEFESA DA PETROBRÁS SÃO TEMAS EM SEMINÁRIO

Dirigente do SINDIPETRO-RS participou, dia 18, do **Seminário da Produção do Movimento dos Pequenos Agricultores**, realizado em Santa Cruz do Sul. O Sindicato debateu a importância do petróleo e da riqueza do pré-sal numa parceria entre os trabalhadores do campo e da cidade.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo, de luta permanente, cujas bases são os grupos de famílias organizadas. É um movimento que, junto com outros setores da sociedade, está comprometido com a conquista do poder e a construção de uma nação soberana.



PRESSÃO DOS PETROLEIROS ADIA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO PL 4567

A intensa disputa e a pressão dos petroleiros, que no dia 21 ocuparam o Plenário 01 da Câmara dos Deputados, em Brasília, barrou a votação do relatório do PL 4567, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Participaram da atividade petroleiros da FUP, Aepet e FNP.

O parlamentar já declarou ser a favor da entrega da produção do Pré-Sal para as multinacionais e referenda na íntegra a proposta do senador, golpista, José Serra (PSDB).

A proposta foi aprovada em fevereiro no Senado e acaba com a exclusividade da Petrobrás na operação do Pré-Sal e a garantia de participação

mínima da empresa e em 30% dos campos licitados. O SINDIPETRO-RS tem participado desta luta, atuando em Brasília e junto aos deputados gaúchos, para barrar de vez a proposta. "Vamos impedir que esse bando assole nossas riquezas", declarou o presidente do Sindicato, Fernando Maia.



PRESEÇA TEM SIDO FUNDAMENTAL

A presença dos petroleiros nas sessões, da comissão especial, tem sido fundamental, diversas vezes foram tentadas manobras para realizar a sessão para aprovação do relatório, sem o quórum estabelecido regimental-

mente, ou com tentativas de trocar a plenária para dar o quórum sem a presença dos deputados de oposição, entre outras. Mas a bancada de esquerda (PT, PCdoB, PSOL, PDT e PSB), com apoio da FUP, FNP e AEPET, tem conseguido impedir o entreguismo.

O presidente da Comissão convocou uma nova reunião para terça (28), às 14h30, onde mais uma vez a votação do relatório final estará em pauta. E novamente as entidades representantes dos petroleiros estarão presentes em defesa do Pré-Sal.

VISITA A RECAP E TEMAS IMPORTANTES MARCARAM REUNIÃO DA CNPBz

O SINDIPETRO-RS participou, de 15 a 17 de junho, da 70ª reunião da Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz). Representando a entidade participou o diretor José Francisco Russo Osório, membro da Comissão Estadual do Benzeno

No primeiro dia do encontro, 15 de junho, foi realizada uma visita técnica na Refinaria Capuava (RECAP) na cidade de Mauá, região Metropolitana de São Paulo. Conforme protocolo, 10 representantes inscritos pelas três bancadas que compõem a Comissão, estiveram no local. Durante a visita os representantes avaliaram como boas práticas o selo duplo das bombas, o laboratório, que deveria servir de exemplo para outras unidades, assim como a estação de tratamento de dejetos industriais (ETDI), que possui um processo adequado e é coberto. Como preocupantes, mais uma vez foi destacada a impossibilidade do GTB de fazer sua apresentação, o que configura restrição das suas atividades. Foi observado que está estruturado, basicamente nas gerências e áreas de saúde e segurança, com direcionamento focado nos setores jurídicos. Porém há um forte viés econômico, que leva ao descumprimento do Acordo do Benzeno. Para exemplificar podemos citar a criação do conceito de Nível de Ação, de 0.5 ppm para o benzeno, inaceitável para um produto cancerígeno, como consta na legislação brasileira.

Outras não conformidades que se contrapõem à legislação são o não reconhecimento dos riscos químicos e físicos que não aparecem nos ASO's e PPP's, querendo fazer parecer que nas refinarias não existem exposições aos agentes químicos e ao ruído.

POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS

Outra questão tratada no encontro diz respeito a relatos e encerramento da subcomissão que discutiu um Acordo que busca melhorias nos ambientes de trabalho dos postos revendedores de combustíveis. Nesse ponto, mais uma vez houve impasse, pois a bancada patronal, mesmo reconhecendo o conteúdo como válido, solicitou 15 dias para uma análise mais detalhada, ficando a data de 30 de junho como prazo máximo para uma resposta.

Em assuntos gerais foram apresentados pela bancada dos trabalhadores questionamentos que já tiveram respostas e outros, como o já famoso caso do relatório da REPAR, que trata de problemas na área da refinaria até agora só foi respondido de maneira evasiva pela empresa.

Na reunião das bancadas dos trabalhadores e do governo foi apreciada a ata anterior e debatidos diversos problemas nas áreas cobertas pelo Acordo, entre outros assuntos. Também foram realizadas palestras relacionadas ao tema do benzeno, possibilitando a participação de todos.

PETROLEIROS PRESENTES NA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA

Representantes dos petroleiros participaram, dia 20, em Porto Alegre, da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que debateu as propostas apresentadas pelo governo golpista de Michel Temer (PMDB) para reformar o sistema de previdência social, aprofundar o processo de terceirização no país, flexibilizar direitos trabalhistas, incluindo a própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e cortar recursos da Justiça do Trabalho.

A atividade contou com apoio de sete centrais sindicais, sindicatos de diversas categorias, movimentos sociais e partidos de esquerda, totalizando mais de 1,2 mil trabalhadores e aposentados.

No encontro foi destacada a necessidade de organização e unidade dos trabalhadores como principal forma de



enfrentar os ataques que se desenham de forma muito rápida por este governo golpista. Foi destacado que a correlação de forças no Congresso Nacional, é desfavorável aos trabalhadores, mas que esse quadro pode ser alterado pela pressão popular.

Também foi rechaçada a tese dos que afirmam que a Previdência está falida e que é preciso retirar direitos dos trabalhadores para recuperar a economia do país. Se fosse pago o que é devido à União, em sonegação fiscal, o país teria mais de R\$ 1,5 trilhão em recursos.

ENCAMINHAMENTOS DA AUDIÊNCIA

- Realizar audiências/assembleias unificadas em todo o RS para debater com a sociedade o tema da previdência, a CLT e a justiça do trabalho;
- Combater as propostas de reforma da previdência pública e complementar que retirem direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos aposentados e das aposentadas.
- Lutar contra todos os projetos que têm como objetivo reformar a CLT;
- Repudiar a proposta do negociado sobre o legislado;
- Reafirmar o compromisso de lutar contra a terceirização sem limites;
- Lutar pelo pleno funcionamento da Justiça do Trabalho e contra os cortes orçamentários;
- Convocar os trabalhadores, as trabalhadoras e toda a sociedade para resistir às medidas de precarização das conquistas sociais.

PL 555: PRIVATISTAS CONSEGUEM APROVAR PROPOSTA

O PL 555, conhecido como o "Estatuto das Estatais" (Lei de Responsabilidade das Estatais), apesar de não estar na pauta de votação, foi aprovado no Senado, na noite do dia 21, por uma manobra de última hora, feita pelo grupo favorável à privatização de estatais.

O PL estabelece novas regras de administração destas companhias e tem várias medidas consideradas prejudiciais para os trabalhadores. Foram ignorados inclusive parte das emendas aprovadas pela Câmara e os avanços obtidos após negociações entre o Comitê Nacional de Defesa das Empresas Públicas e parlamentares, que consideraram a manobra de ilegítima e arbitrária.

Entre os pontos considerados negativos para trabalhadores de estatais estão as que abrem brechas para a privatização, contratação de trabalhadores sem necessidade de concurso público, com aumento do número de cargos comissionados, a composição das diretorias dos conselhos das empresas públicas e a manutenção da criminalização da participação política. Está sendo estudada a possibilidade de uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma das questões aprovadas, que permite a presença de profissionais liberais nos conselhos de administração das empresas teve como objetivo adequar à indicação de Pedro Parente para a presidência da Petrobrás, mostrando o fisiologismo deste governo golpista. O texto vai agora à sanção presidencial que deve ocorrer num prazo de 15 dias.

CARAVANA DO SINDIPETRO-RS

Na quinta (23), foi realizada mais uma edição da Caravana do Sindipetro-RS. No encontro, que teve significativa participação de aposentados e trabalhadores da ativa, foram debatidos temas como conjuntura política, as ações dos Níveis, Petros e Acordo Coletivo. No final foi realizada uma confraternização.



Informativo Semanal do SINDIPETRO-RS

Diretoria Resp.: Alexandre, Alfredo, Cadore, Dary, Elida, Deporte, Jader, João Aloisio, Lautert, Lameira, Maia, Marco, Marquetti, Mirian, Neide, Nilson, Orlando, Patrick, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral, Terterola e Toni - **Jornalista Resp.:** Nara Roxo - MTb 4436

Sede: Rua Gen. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, Porto Alegre, RS - Fone(51) 3226.2799

Del. de Canoas: Av. Vítor Barreto, 3288, fone(51) 3472.4622 - **Delegado:** Lisboa

Del. do Litoral Norte: Rua Deolindo Maggi, 52, fone(51) 3663.2763 - **Delegado:** Anélio

Contato: secretaria@sindipetro-rs.org.br

Denúncia: denuncia@sindipetro-rs.org.br

